Acervo ISA

CEDI
Povos Indígenas no Brasil
Fonte Jornal do Brasil Class.: 74
Data 17/08/89 Pg.: 09

Pernambuco vai aceitar alunos de escola índia

Letícia Lins

RECIFE — O Brasil tem 46.906 índios matriculados em 785 escolas mantidas pela Funai. Mas, como essas escolas trabalham à margem do ensino oficial, seus alunos, ao concluírem o primeiro grau, não têm acesso às escolas das redes estadual e municipal de ensino e ficam praticamente impedidos de prosseguir os estudos, pois os cursos da Funai não são reconhecidos pelas secretarias de educação. Essa situação, no entanto, começa a mudar em Pernambuco, onde terminou ontem o Encontro de Educação Escolar Indígena, o primeiro do gênero realizado no país.

Na reunião, que contou com a presença de técnicos em educação e representantes de tribos indígenas, a secretária de Educação, Silke Weber, comprometeu-se a legalizar a situação até o final do ano. Foram decididos, também, outros assuntos importantes: os currículos serão preparados de acordo com cada cultura indígena, assim como o calendário será estabelecido conforme as necessidades de cada tribo. Um exemplo: os fulnios, da cidade de Águas Belas (a 314 quilômetros de Recife), concluem seu período letivo no mês de agosto, quando começa a festa do ouricuri e eles se recolhem em completo isolamento — não falam com os brancos e passam três meses em retiro. O exemplo será seguido por outras tribos, onde os feriados oficiais serão respeitados, mas os dos índios não serão esquecidos.

"Infelizmente, os alunos concluem a quarta série, mas não são recebidos nas escolas oficiais, a não ser quando há um empenho pessoal das diretorias de escolas municipais ou estaduais, que nos enviam ofícios e terminam por aceitar os índios depois de uma longa jornada burocrática", lamentou Roseana Brito Amorim, chefe da Divisão de Desenvolvimento Comunitário da 3ª Superintendência Regional da Funai, cuja área de jurisdição vai do Ceará ao Espírito Santo. Nas 44 aldeias indígenas da região, a situação é sempre a mesma, a exemplo do que ocorre no país, com pequenas exceções em Minas Gerais.

Às vezes — com empenho pessoal das diretoras de escolas municipais ou estaduais e depois de muitas dificuldades —, os índios têm acesso ao ensino oficial, terminam por concluir seus cursos, mas encontram outro tipo de dificuldade, como é o caso de Maria da Paz Ferreira da Silva, da tribo Xucuru, de Pesqueira, a 228 quilômetros de Recife. Contando com a boa vontade das autoridades locais, ela conseguiu fazer o curso pedagógico, mas não pôde assumir o magistério porque o primeiro grau foi efetuado numa escola da Funai e não é reconhecido pelo governo. Maria está até hoje sem receber seu diploma, embora tenha concluído o curso ano passado. "Recebemos centenas de reclamações desse tipo", diz Roseana.

Tradições — A partir de agora, no entanto, o estado vai definir, de fato e em contato permanente com a Funai, a política educacional indígena, transformando a escola em um espaço autêntico, capaz de revitalizar as tradições culturais e proporcionar conhecimentos necessários à defesa dos interesses dos índios. Para alguns indígenas, como Marilene Araújo de Sá, da tribo Fulnio, responsável pela instalação da única escola indígena bilíngüe do país, o encontro "foi o primeiro passo para conscientizar as nações indígenas de que podem viver e aprender, dentro da sua realidade".

Para Marilene, o ensino atual é completamente dissociado da realidade indígena: "Os professores, infelizmente, ensinam nas escolas índias a mesma coisa que ensinam nas dos brancos, onde, depois, os índios são vetados. A meu ver, o índio não deve deixar de se integrar ao ensino da língua portuguesa, mas sem esquecer a sua."